

CAPÍTULO 3

CENÁRIO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO AGreste MERIDIONAL

Data de aceite: 02/07/2025

Isabela Gomes Castelo Branco

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é um dos pilares da economia brasileira, especialmente em regiões rurais e de forte identidade cultural, como as comunidades quilombolas. O Agreste Meridional, situado no interior de estados como Pernambuco e Alagoas, abriga várias dessas comunidades, que, apesar dos desafios, mantêm práticas agrícolas sustentáveis e representam um elo com as tradições culturais afro-brasileiras. Este capítulo discute o cenário da agricultura familiar nas comunidades quilombolas do Agreste Meridional, abordando as práticas agrícolas, os desafios enfrentados, as políticas públicas e as oportunidades de desenvolvimento sustentável. Tem um papel essencial no contexto brasileiro, sendo uma das principais formas de produção de alimentos e geração de renda para inúmeras famílias, principalmente nas zonas rurais. O cenário da agricultura

familiar em comunidades quilombolas no Agreste Meridional revela um contexto complexo, onde a produção de alimentos e a sustentabilidade convivem com questões relacionadas ao acesso à terra, políticas públicas e condições de vida.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), a agricultura familiar é fundamental para garantir a segurança alimentar, especialmente em regiões como o Agreste, onde os desafios climáticos e a escassez de recursos são frequentes (Fao, 2014). Além disso, a preservação de modos de produção tradicionais e a valorização das práticas agrícolas ancestrais contribuem para a manutenção da diversidade cultural e a sustentabilidade ambiental nas comunidades quilombolas (Gomes, 2019).

É predominantemente voltada para a produção de alimentos para consumo próprio e comercialização local, tem se mostrado uma alternativa importante para o fortalecimento da economia das comunidades quilombolas, especialmente

diante de um contexto de marginalização e falta de infraestrutura. Segundo (Silva, 2020), as comunidades quilombolas no Agreste Meridional enfrentam desafios relacionados à falta de acesso a crédito e assistência técnica, o que limita o crescimento e a modernização das atividades agrícolas. Nesse sentido, a implementação de políticas públicas voltadas para essas comunidades é essencial para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, favorecendo a inclusão social e a melhoria das condições de vida. Portanto, compreender o cenário da agricultura familiar nas comunidades quilombolas do Agreste Meridional implica em analisar as dinâmicas de produção, as práticas tradicionais e as políticas públicas que influenciam esse contexto, considerando os desafios e as potencialidades dessa forma de agricultura, que é fundamental para a subsistência e resistência dessas populações.

2 A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

A agricultura familiar desempenha um papel fundamental na produção de alimentos e na manutenção de culturas tradicionais em diversas regiões do Brasil. O conceito de agricultura familiar, vem de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2012), refere-se à atividade agrícola realizada por pequenas propriedades, em que a família é a principal força de trabalho, e as decisões produtivas são tomadas com base no uso das próprias tecnologias e recursos locais. Este modelo se caracteriza pela integração entre a produção agrícola e a vida cotidiana das famílias, sendo, em grande parte, responsável por garantir a segurança alimentar e a preservação do meio ambiente.

Estudos indicam que a agricultura familiar representa cerca de 70% dos alimentos consumidos no Brasil (IBGE, 2017), o que demonstra a importância desse modelo produtivo não apenas para a subsistência das famílias rurais, mas também para a economia nacional. Além disso, a agricultura familiar é responsável por grande parte da produção de alimentos básicos, como arroz, feijão, hortaliças e leite, principalmente em áreas de agricultura de subsistência.

As políticas públicas voltadas para a agricultura familiar têm sido desenvolvidas ao longo das últimas décadas, com destaque para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1996. Este programa visa a permissão de crédito para o financiamento de atividades agrícolas, além de outras ações de apoio técnico e assistencial, sendo um instrumento importante para a manutenção e o crescimento da agricultura familiar (MDA, 2012).

3 COMUNIDADES QUILOMBOLAS: CONTEXTO HISTÓRICO E CULTURAL

As comunidades quilombolas surgiram durante o período colonial, a partir da resistência de negros africanos escravizados que fugiram das plantações e dos engenhos em busca de liberdade e autonomia. Essas comunidades se formaram em áreas isoladas, principalmente em regiões de difícil acesso, e mantiveram-se praticamente autônomas,

preservando sua cultura, suas tradições e suas formas de organização social. De acordo com (Souza, 2017), as comunidades quilombolas são espaços de resistência à opressão, representando a luta pela liberdade e pela preservação da identidade africana no Brasil.

O reconhecimento oficial das comunidades quilombolas no Brasil ocorreu com a Constituição de 1988, que garantiu o direito à terra para essas populações, reconhecendo suas práticas culturais e a importância de sua preservação. A partir desse marco legal, o governo brasileiro passou a implementar políticas de titulação de terras quilombolas, embora a luta por acesso à terra e a autonomia continue sendo um desafio constante para muitas dessas comunidades (Almeida, 2016).

Culturalmente, as comunidades quilombolas mantêm suas práticas agrícolas tradicionais, muitas vezes baseadas em saberes ancestrais transmitidos de geração em geração. Essa agricultura, apresentada pela sustentabilidade, utiliza técnicas de manejo do solo e cultivo que respeitam o equilíbrio ecológico local, contribuindo para a conservação dos recursos naturais (Oliveira, 2015). O cultivo de alimentos básicos como arroz, feijão, mandioca e legumes, além do plantio de frutas e de plantas medicinais, é uma prática comum entre as comunidades quilombolas. No entanto, essas práticas agrícolas enfrentam desafios como a escassez de recursos, a falta de apoio institucional e a escassez de terras.

Embora muitas comunidades quilombolas ainda dependam da agricultura de subsistência, elas têm mostrado resistência e capacidade de inovação ao adaptar práticas agrícolas tradicionais a novas realidades, sempre com um olhar atento à preservação cultural e ambiental. A resistência dos quilombolas à modernização forçada e à pressão do mercado reflete a importância que a agricultura tem em suas vidas como forma de sustento e, sobretudo, como um vínculo com sua identidade e história.

4 CONEXÕES ENTRE A AGRICULTURA FAMILIAR E AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

As comunidades quilombolas se inserem no contexto mais amplo da agricultura familiar, compartilhando muitas das características desse modelo produtivo, como o uso da terra de maneira sustentável e a produção voltada para o consumo local e regional. A principal diferença reside no fato de que, enquanto a agricultura familiar no Brasil é um modelo amplamente disseminado em diversas regiões, as comunidades quilombolas têm um vínculo histórico e cultural profundo com a terra que cultivam, o que as torna uma expressão específica desse modelo (Carneiro, 2017).

A agricultura nas comunidades quilombolas não é apenas uma atividade econômica, mas também um meio de reafirmação cultural. O cultivo de alimentos e o manejo da terra têm um valor simbólico, representando a luta pela preservação da autonomia e da identidade quilombola, além de garantir a sobrevivência dessas comunidades. Assim, a agricultura quilombola se caracteriza por ser, ao mesmo tempo, uma prática econômica e uma expressão cultural que reflete a história de resistência dos povos negros no Brasil.

No Agreste Meridional, as comunidades quilombolas se inserem em um cenário agrícola caracterizado pela predominância de pequenos produtores e pelo uso de técnicas adaptadas às condições locais. A agricultura familiar nessas comunidades desempenha um papel crucial na manutenção do modo de vida quilombola, sendo uma forma de resistência tanto à pressão externa quanto às transformações impostas pelo mercado e pelas políticas públicas (Lima, 2018).

5 A REGIÃO DO AGRESTE MERIDIONAL

O Agreste Meridional é uma importante sub-região do estado de Pernambuco, caracterizada por aspectos geográficos, climáticos e socioeconômicos únicos que influenciam suas atividades produtivas. Localizada entre a Zona da Mata e o Sertão, essa região apresenta uma diversidade de cultivos e atividades econômicas, principalmente voltadas para a agricultura e a pecuária. Este trabalho busca analisar as principais características geográficas, climáticas e socioeconômicas da região, além de discutir as peculiaridades da sua agricultura, com foco na diversidade de cultivos e nas atividades produtivas típicas da área.

5.1 Geografia, clima e aspectos socioeconômicos da região

Essa região ocupa uma vasta área do estado de Pernambuco, limitando-se ao norte com o Agreste Setentrional, ao sul com a Zona da Mata e o Sertão, a oeste com a Paraíba e a leste com o Oceano Atlântico. Geograficamente, é uma região composta por planaltos e serras que variam de altitude e favorecem diferentes tipos de ocupação humana. A topografia acidentada e a presença de várias bacias hidrográficas conferem à região uma grande importância hídrica, essencial para a agricultura local.

O clima predominante é o semiárido, com chuvas concentradas entre os meses de março e agosto, variando de acordo com a proximidade do Sertão e da Zona da Mata. De acordo com (Cavalcanti, 2011), o clima da região do Agreste Meridional é caracterizado por verões quentes e secos, com chuvas irregulares e pouca umidade. As temperaturas médias anuais variam entre 22°C e 30°C. A irregularidade pluviométrica e a baixa umidade relativa do ar são fatores que influenciam diretamente as atividades econômicas da região, exigindo técnicas de manejo adequadas para a sustentabilidade da produção agrícola.

Em termos socioeconômicos, o Agreste Meridional é marcado por uma economia voltada principalmente para a agricultura, com destaque para o cultivo de grãos, frutas e vegetais. Além disso, a pecuária, especialmente a criação de gado bovino e caprino, também desempenha papel relevante na economia local. De acordo com (Souza, 2018), a região apresenta um grande potencial de desenvolvimento, mas enfrenta desafios como a escassez de água e a falta de infraestrutura em algumas áreas.

5.2 Características da agricultura no Agreste Meridional

A agricultura no Agreste Meridional é marcada pela diversidade de cultivos, que se adaptam às condições climáticas e ao tipo de solo da região. Os agricultores locais são conhecidos por sua capacidade de adaptação às dificuldades impostas pelo clima semiárido, utilizando práticas agrícolas que buscam garantir a produção durante as épocas de seca. Entre os principais produtos cultivados na região, destacam-se o milho, feijão, mandioca, fava e o arroz. Essas culturas são importantes tanto para o consumo local quanto para a comercialização em outras regiões do estado e do Brasil. Além das culturas tradicionais, a região também se destaca pelo cultivo de frutas tropicais, como a banana, o abacaxi, a manga e a goiaba. Essas frutas são cultivadas em larga escala e possuem grande relevância para a economia local, uma vez que geram empregos e fomentam o comércio. Conforme destaca (Lima, 2020), a agricultura de frutas no Agreste Meridional é uma das mais dinâmicas do estado, com um crescimento contínuo da produção para exportação.

Outro setor relevante da agricultura regional é a produção de hortaliças e leguminosas, como alface, cenoura, cebola e batata-doce. Estes produtos são cultivados principalmente para o abastecimento de mercados locais e para o comércio em outros estados. Segundo estudo realizado por Pereira e (Silva, 2019), o Agreste Meridional tem se destacado na produção de hortaliças, uma vez que a utilização de sistemas de irrigação tem permitido melhorar a produtividade e garantir a colheita em períodos de escassez hídrica.

5.3 Diversidade de cultivos e atividades produtivas típicas da região

A diversidade de cultivos e atividades produtivas no Agreste Meridional é um dos aspectos que mais caracteriza essa região. A integração entre diferentes culturas e a diversificação das atividades agrícolas contribuem para a sustentabilidade econômica da área. Além da agricultura de grãos, frutas e hortaliças, a pecuária também desempenha papel importante. A criação de gado bovino é predominante, mas a caprinocultura e a ovinocultura também têm ganhado destaque nos últimos anos, devido à adaptabilidade desses animais ao clima da região.

A produção de leite é uma atividade significativa no Agreste Meridional, com várias propriedades dedicadas à criação de vacas leiteiras. Essa produção abastece tanto o mercado interno da região quanto outras áreas do estado. A apicultura também se destaca, com o mel sendo um produto que tem ganhado notoriedade pela sua qualidade e por ser uma alternativa de renda para os agricultores locais, como destaca (Silva, 2022).

Além das atividades agrícolas e pecuárias, o Agreste Meridional também se caracteriza pela produção de artesanato e pela agroindústria, com destaque para a produção de queijos, doces e outros produtos derivados do leite, que são comercializados em feiras e mercados regionais. Essas atividades contribuem para a geração de emprego e renda, principalmente em áreas rurais.

6 DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

As comunidades quilombolas no Brasil enfrentam uma série de desafios históricos e contemporâneos, ligados tanto às suas origens como à realidade socioeconômica e política atual. Fundadas por descendentes de africanos escravizados que fugiram das senzalas durante o período colonial e imperial, as comunidades quilombolas possuem uma rica herança cultural e histórica. No entanto, suas vivências são marcadas por sérias dificuldades, que vão desde a luta pela posse da terra até o reconhecimento de seus direitos.

6.1 A Luta pela Terra e Território

Um dos maiores desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas é a luta pela terra. Desde a publicação da Constituição de 1988, que reconheceu os direitos territoriais das comunidades quilombolas, a luta pela demarcação de terras tem sido uma constante. Apesar de seu reconhecimento legal, muitos quilombos ainda enfrentam dificuldades para obter a titulação oficial de suas terras. O processo de demarcação é frequentemente moroso e burocrático, e as comunidades enfrentam resistências por parte de fazendeiros, empresas e até mesmo do poder público. Como observa (Silva, 2017), “a luta pela terra quilombola não é apenas uma questão territorial, mas também uma luta pela afirmação da identidade e pela preservação de uma cultura que tem suas raízes no período de resistência à escravidão.”

Além disso, a invasão de terras quilombolas por grileiros e o desmatamento ilegal tornam mais grave essa situação, colocando em risco não só o território, mas também a sustentabilidade das comunidades.

6.2. Pobreza e Exclusão Social

A maioria das comunidades quilombolas está localizada em áreas rurais, muitas vezes distantes dos centros urbanos, o que dificulta o acesso a serviços essenciais, como saúde, educação e infraestrutura básica. Segundo a pesquisa de (Gomes, 2020), cerca de 80% das famílias quilombolas vivem em condições de pobreza, e a taxa de analfabetismo nas comunidades é alarmantemente alta, especialmente entre as mulheres e os idosos. A exclusão social dessas populações é um reflexo de décadas de negligência do Estado, que não priorizou políticas públicas para o fortalecimento dessas comunidades. O racismo estrutural também é um fator determinante nesse processo de exclusão, uma vez que as comunidades quilombolas são compostas, predominantemente, por pessoas negras. “O racismo, ao longo dos séculos, tem funcionado como um mecanismo de marginalização e invisibilidade social”, afirma (Santos, 2019), destacando que, em muitos casos, a discriminação racial torna ainda mais difícil o acesso das comunidades quilombolas aos direitos que lhes são devidos.

6.3 Ameaças Ambientais e Climáticas

Outro desafio relevante é a questão ambiental. As comunidades quilombolas, que em grande parte dependem da agricultura de subsistência e da coleta de recursos naturais, estão sendo impactadas por mudanças climáticas e práticas predatórias, como o desmatamento ilegal. As condições climáticas adversas, como secas prolongadas e a escassez de água, repetem a situação de vulnerabilidade dessas populações. O impacto das atividades de mineração e agronegócio, especialmente nas regiões onde há grandes concentrações de quilombos, também ameaça diretamente a sobrevivência dessas comunidades. De acordo com (Lima, 2022), “o avanço do agronegócio sobre os territórios quilombolas têm gerado conflitos e forçado as comunidades a migrarem para áreas cada vez mais distantes, o que afeta não apenas a economia local, mas também o modo de vida ancestral”.

6.4 Resistência e Luta pela Garantia de Direitos

Apesar dos desafios, as comunidades quilombolas têm se mostrado resilientes e têm organizado diversos movimentos sociais e políticas de resistência. Em muitos casos, as lideranças quilombolas têm feito um trabalho fundamental para a preservação da memória, da cultura e dos direitos dessas populações. Organizações não governamentais, como a Conaq (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas), têm sido fundamentais na luta pela visibilidade e pelo fortalecimento das políticas públicas para as comunidades quilombolas. Além disso, as comunidades têm se mobilizado no campo jurídico, utilizando-se da legislação existente para pressionar o governo a cumprir os direitos garantidos pela Constituição. “O papel da militância quilombola é fundamental para garantir o cumprimento da legislação, uma vez que a resistência à invisibilidade das comunidades também se faz pela via judicial”, afirma (Rocha, 2021).

7 PERSPECTIVAS FUTURAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

A agricultura familiar é uma das principais atividades econômicas das comunidades quilombolas no Brasil, sendo crucial para a subsistência e para a preservação de suas tradições culturais e ambientais. A produção agrícola dessas comunidades está intimamente ligada à identidade quilombola, ao uso sustentável da terra e à manutenção de um modo de vida ancestral. Contudo, as perspectivas futuras para a agricultura familiar nas comunidades quilombolas enfrentam desafios complexos, relacionados tanto às questões socioeconômicas quanto ao impacto de políticas públicas e mudanças ambientais. Este capítulo explora esses desafios e as oportunidades que podem surgir para o fortalecimento da agricultura familiar nessas comunidades.

7.1 O Potencial da Agroecologia e da Economia Solidária

Em meio a esses desafios, as comunidades quilombolas têm se fortalecido com práticas de agroecologia e economia solidária, que podem se tornar instrumentos poderosos para o futuro da agricultura familiar. A agroecologia, que prioriza o uso sustentável dos recursos naturais, a biodiversidade e a produção de alimentos saudáveis, é uma prática que se alinha com as tradições culturais e ambientais das comunidades quilombolas. Através da agroecologia, as comunidades quilombolas não apenas garantem a segurança alimentar, mas também contribuem para a preservação do meio ambiente e para a construção de um modelo de desenvolvimento mais justo e sustentável. A economia solidária é outro conceito que tem ganhado força nas comunidades quilombolas, onde a produção e comercialização de produtos agrícolas são feitas de forma coletiva, sem intermediários. Segundo (Silva, 2022), “a economia solidária nas comunidades quilombolas pode proporcionar um modelo alternativo de organização do trabalho, onde as práticas agrícolas se tornam fontes de geração de renda sem comprometer a sustentabilidade do território”. A criação de cooperativas e redes de comercialização direta tem mostrado resultados positivos, pois permite que os produtos quilombolas cheguem a mercados maiores e que as comunidades tenham maior controle sobre a produção e os preços.

7.2 Perspectivas para o Futuro: O Papel das Políticas Públicas

O futuro da agricultura familiar nas comunidades quilombolas depende de políticas públicas que integrem as especificidades dessas comunidades. É crucial que o Estado invista em políticas de regularização fundiária, forneça crédito rural adequado, amplie o acesso a tecnologias sustentáveis e promova a educação ambiental e agrícola. A participação ativa das comunidades quilombolas nas decisões políticas, como sugerido por (Costa, 2021), é fundamental para garantir que suas necessidades sejam atendidas de maneira eficaz. “As políticas públicas precisam ser adaptadas à realidade das comunidades quilombolas, com foco em soluções que integrem o desenvolvimento econômico, a preservação ambiental e o fortalecimento das identidades culturais”.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Região do Agreste Meridional de Pernambuco é um exemplo de adaptação e resistência diante das condições climáticas desafiadoras. Sua geografia, clima e aspectos socioeconômicos moldam as características da agricultura e das atividades produtivas locais. A diversidade de cultivos e a integração de diferentes atividades econômicas são fundamentais para o desenvolvimento sustentável da região, que continua a buscar soluções inovadoras para garantir a produtividade e melhorar a qualidade de vida de seus habitantes. A agricultura familiar nas comunidades quilombolas do Agreste Meridional é um exemplo de resistência e resiliência diante de grandes desafios. A valorização das práticas

agrícolas, aliada a políticas públicas mais eficientes e ao fortalecimento da organização social dessas comunidades, pode contribuir para o desenvolvimento sustentável, garantindo a autonomia e a preservação cultural. Outro ponto crucial abordado é o papel da preservação de métodos tradicionais de produção e da valorização das práticas agrícolas ancestrais, que não só garantem a diversidade cultural, mas também favorecem a sustentabilidade ambiental. Essas práticas são essenciais para a manutenção do equilíbrio local e a conservação dos recursos naturais, elementos fundamentais para a sobrevivência das comunidades quilombolas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. T. A. O. *Comunidades Quilombolas: Direito à Terra e Identidade Cultural*. *Revista de Direitos Humanos*, v. 8, n. 2, 2016. p. 45-62.

CARNEIRO, M. L. A Agricultura Familiar e a Produção no Brasil: A Contribuição das Comunidades Quilombolas. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 10, n. 3, 2017. p. 110-124.

CAVALCANTI, José D. *Geografia de Pernambuco: o território e suas dinâmicas*. Recife: Editora Universitária, 2011.

COSTA, F. (2019). *Políticas públicas e a agricultura familiar nas comunidades quilombolas*. São Paulo: Editora Rural.

FAO. *Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação*. Agricultura familiar e desenvolvimento rural: um caminho para a segurança alimentar. Roma: FAO, 2014.

GOMES, F. P. *Práticas agrícolas e sustentabilidade nas comunidades quilombolas*. São Paulo: Editora Rural, 2019.

GOMES, J. (2020). *A realidade das comunidades quilombolas no Brasil: desafios e perspectivas*. São Paulo: Editora Acadêmica.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário 2017*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

LIMA, F. S. A Agricultura Familiar nas Comunidades Quilombolas do Agreste Meridional: Desafios e Perspectivas. *Revista Brasileira de Agricultura Familiar*, v. 12, n. 4, 2018. p. 56-72.

LIMA, Maria J. *O agronegócio e a agricultura no Agreste Meridional de Pernambuco*. Recife: Editora do Agreste, 2020.

LIMA, A. (2022). *Mineração e agronegócio: impactos no território quilombola*. Rio de Janeiro: Editora Universitária.

MDA – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)*. Brasília: MDA, 2012.

OLIVEIRA, R. J. A. A Agroecologia nas Comunidades Quilombolas: Um Olhar sobre as Práticas de Produção Sustentável. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 11, n. 2, 2015. p. 78-89.

ROCHA, M. (2021). *Luta e resistência: quilombolas e a garantia de direitos no século XXI*. Brasília: Editora Política.

SANTOS, D. (2019). *Racismo e exclusão social no Brasil: a invisibilidade das comunidades negras rurais*. Belo Horizonte: Editora Zumbi dos Palmares.

SILVA, C. (2017). *Território e identidade nas comunidades quilombolas*. Fortaleza: Editora Quilombo.

SILVA, L. M. A. *A agricultura familiar nas comunidades quilombolas do Agreste Meridional de Pernambuco: desafios e perspectivas*. Recife: Editora Universitária, 2020.

SILVA, João H. *Apicultura e sua contribuição para o desenvolvimento rural no Agreste Meridional*. Jornal de Agricultura e Desenvolvimento, v. 10, p. 67-80, 2022.

SILVA, A. (2022). *Economia solidária e práticas agrícolas nas comunidades quilombolas*. Belo Horizonte: Editora Zumbi dos Palmares.

SOUZA, L. R. Quilombolas e a Resistência Cultural: História e Luta pelo Reconhecimento. *Revista de Antropologia*, v. 22, n. 1, 2017. p. 99-115.

SOUZA, Roberto F. *Economia regional e a sustentabilidade no Agreste Pernambucano*. Recife: Editora Pernambuco, 2018.